

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REQUERIMENTO Nº DE 2011.

(Do Sr. Renato Molling)

Requer que esta comissão realize Audiência Pública para discutir a Portaria 1510/2009, de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho, que versa sobre Novo Registro Eletrônico de Ponto - REP

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a Vossa Excelência que esta Comissão realize Audiência Pública para discutir os efeitos da Portaria 1510/2009, do Ministério do Trabalho, que versa sobre Novo Registro Eletrônico de Ponto – REP.

JUSTIFICATIVA

A Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP. Regulamenta, portanto, o registro do horário de trabalho, conforme art. 74, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho. A entrada em vigor da norma, quanto à utilização obrigatória do Registrador Eletrônico de

Ponto - REP, está prevista para 1º de setembro de 2011.

Fomos alertados, no entanto, que a implementação do registro de horário, nos termos da citada Portaria, além de gerar aumento de gasto para as empresas, pode causar problemas operacionais de difícil solução.

A norma, que afeta empregados e empregadores, deve ser com eles debatida. A adoção de consulta tripartite é obrigatória para as normas para Organização Internacional do Trabalho – OIT, conforme a Convenção nº 144, e deve ser adotada na elaboração de normas que regulamentam e alteram práticas trabalhistas.

Esse tipo de consulta diminui a hipótese de conflitos entre os interlocutores sociais. Além disso, podem ser encontradas alternativas criativas que ofereçam segurança para o trabalhador, ao mesmo tempo em que desburocratizem o processo produtivo. A consulta aos representantes de empregados e empregadores, principais interessados no registro eletrônico de horário, certamente contribuirá para aprimorar a sua regulamentação.

Desta forma, solicitamos aos nobres pares, a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em de agosto de 2011.

Deputado RENATO MOLLING – PP/RS